



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

**REGISTRO DE REUNIÃO**

<b>PRESENCAS</b>	
<b>MEMBROS EFETIVOS</b>	<b>Presentes</b>
<b>Carolina da Silva Ferreira</b> Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - Coordenadora do Comitê	X
<b>Fabiano de Abreu Pfeilsticker</b> Juiz Auxiliar da Presidência do TST	X
<b>Rogério Neiva Pinheiro</b> Juiz Auxiliar da Presidência do CSJT	X
<b>Fábio Portela Lopes de Almeida</b> Assessor da Presidência do TST	X
<b>Luiz Antônio Mendes Garcia</b> Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT	X
<b>Fabiano de Andrade Lima</b> Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do TST	X
<b>Márcio Nisi Gonçalves</b> Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT da 2ª Região	X
<b>Rodrigo Cartaxo</b> Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT da 13ª Região	X
<b>Erica Rossiter</b> Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT da 5ª Região	X
<b>CONVIDADOS</b>	<b>Presentes</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

<b>Cláudia Pereira de Souza Brandão Fernandes</b> Coordenadora de Sistemas Administrativos Nacionais do CSJT	X
<b>Christiano Guimaraes de Carvalho</b> Coordenador Técnico do Processo Judicial Eletrônico do CSJT	X
<b>Ana Letícia Moura Vilela</b> Chefe do Núcleo de Apoio à Governança e Gestão do CSJT)	X
<b>Cléria Elvina Costa Moreira</b> Assistente da Secretaria-Geral do CSJT	X

**1. Considerações preliminares**

- Para efeitos de registros, a reunião poderá ser gravada. Todavia, a gravação será utilizada apenas para registro temporário e auxílio na elaboração da Ata. Uma vez elaborada e aprovada a Ata, a gravação será desconsiderada e quaisquer consultas posteriores aos registros da reunião deverão ser efetuadas exclusivamente por meio da Ata aprovada.

**2. Aprovação da ata anterior e do novo processo**

**Ementa:**

- Aprovação [da 6ª ata](#)
- Sugere-se que a finalização da ata seja realizada em até 5 dias úteis após a reunião do Comitê. Após a finalização, a ata seria enviada via FRAD aos membros do Comitê para que, no prazo de 5 dias, se manifestem. Na ausência de manifestação do membro do Comitê, entenderá-se pela sua aprovação.

**Deliberações:**

- Comitê delibera favoravelmente ao procedimento de envio da ata por correio eletrônico para validação e finalização.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

**3. Balanço de entregas e prioridades para o fim da gestão**

**Ementa:**

- Solicitação da Secretaria-Geral às Coordenadorias da SETIC (CSAN e CTPJe) e CNE PJe para que apresentem até 31/08 o portfólio de entregas da gestão até o mês de dezembro, com as respectivas justificativas. Nos dois casos, deverão ser apresentadas as relações por iniciativa/solução. Deverão ser relacionadas às iniciativas que não serão entregues com as respectivas justificativas.

**Deliberações:**

- Comitê delibera pelo atendimento da demanda.

**Providências / Responsável / Prazo**

- CSAN: sistemas Nacionais
- CTPJe + CNE PJe: PJe
- SETIC: consolidação das informações
- **Prazo: 31 de agosto**

**Deliberações ocorridas em reuniões anteriores que ainda não foram concluídas**

**4. [1ª Reunião] Item 4 - Atendimento à Resolução CNJ nº 360, 361 e 362 - Ataques Cibernéticos**

**Ementa Original:**

- Prestação de informações e esclarecimentos sobre Atendimento à Resolução CNJ nº 360, 361 e 362 - Ataques Cibernéticos

**Deliberação anterior:**

- Prestação de informações e esclarecimentos sobre Atendimento à Resolução CNJ nº 360, 361 e 362 - Ataques Cibernéticos

**Situação atual: [Em progresso](#)**

- As resoluções acima foram revogadas com a publicação da Resolução CNJ 396/2021, que institui a ENSEC-PJ



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

- O Comitê Técnico de Segurança - ctSeg, em sua 4ª Reunião Ordinária, ocorrida em 05/08/2021 comprometeu-se a elaborar um Guia de Recomendações de Segurança para os tribunais regionais.
- A primeira versão está com prazo para 13/08/2021.

**Registros/destaques**

- Luiz Antônio: relato sucinto da situação dos trabalhos
- Luiz registra que as resoluções que nominam o item foram revogadas e substituídas pela Resol. CNJ 396/21 e Portaria CNJ 162/2021 (e anexos) do CNJ. Que o guia será orientação complementar àquela trazida pelas normas do CNJ e pretende ser referencial operacional para auxiliar os TRTs no fortalecimento da segurança cibernética. Informa que, segundo as normas anteriores, os Tribunais deveriam fazer planos individuais e que o ctSeg está trabalhando na consolidação e montando o plano de ação geral.

**Deliberação:**

- O Comitê delibera por acompanhar os trabalhos do CtSeg para atendimento ao tema e solicita à SETIC que apresente a primeira versão para exame do Comitê.

**Providências / Responsável / Prazo**

- Apresentação do Guia de Recomendações de segurança / Luiz Antônio / 15 dias por FRAD. Havendo pontos controversos, a deliberação ocorre na próxima reunião.

**5. [1ª Reunião] Item 6 - Agenda 2021 dos webinários do PJe**

**Ementa Original:**

- Apresentação da agenda prevista para os webinários do PJe para 2021, conferindo ao CNE a possibilidade de efetuar eventuais ajustes nas agendas preliminares mediante comunicação. Todas as agendas deverão ser publicadas no site do CSJT para consulta.

**Deliberação anterior:**

- O CGTIC aprovou as propostas de agendas bem como a prerrogativa do CNE efetuar os eventuais ajustes necessários mediante comunicação e publicação



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

**Situação atual: PARADO**

- A planilha utilizada pelo Dr. Fabiano pode ser encontrada [neste link](#).

**Registros/destaques**

- Carolina registra que para o lançamento da versão 2.7 é indispensável webinar nos moldes daquele feito para a versão 2.6. Registra, ainda, que há pouco tempo e potencial para outras demandas, visto que há outros compromissos das demais equipes do CSJT.
- Juiz Fabiano sugere retomar webinar do e-Rec e Aud4
- Carolina sugere os três na mesma semana, em dias alternados.

**Deliberação:**

- Comitê delibera pela realização dos três webinários

**Providências / Responsável / Prazo**

- Coordenação: Juiz Fabiano - deverá apresentar a proposta de planejamento.
- Sugestão de data para os três: 1ª quinzena de novembro (segunda/quarta/sexta em um turno cada)
- Prazo para apresentar plano (D-45) : no máximo até primeira quinzena de setembro

**6. [2ª Reunião] Item 5 - Projeto para inclusão de marcações e indexadores nas gravações das audiências**

**Ementa Original:**

- A Secretária-Geral do CSJT informou que foi apresentada pela Ministra Presidente demanda no sentido de ser necessária a implantação de solução voltada à inclusão de marcações, índices e apontadores para as gravações de áudio/vídeo

**Deliberação anterior:**

- O Secretário de TIC do CSJT está providenciando reunião com representantes técnicos da Zoom para averiguar a possibilidade de se inserirem tais funcionalidades diretamente no Zoom.
- Caso seja necessária alguma instrução específica referente ao escopo atual do contrato, o Comitê já aprovou que a SETIC providencie os devidos encaminhamentos e propostas necessárias.
- Na reunião com a Zoom será demandada uma customização para que haja informações mais bem organizadas e estruturadas sobre o andamento das audiências.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

- O JTe pode atuar como uma alternativa para informativos aos advogados sobre o agendamento, horários, sequência, dentre outros dados relativos ao acompanhamento das audiências.
- A solução a ser desenvolvida deve ter um projeto efetivo de comunicação amigável ao usuário/advogado para o sucesso esperado da solução.

**Situação atual:**

- Demanda suplantada pela publicação do [Ato CSJT.GP.SG Nº 45/2021](#) (suspensão) e pela tramitação do AN-1901-46.2021.5.90.0000.

**Registros/destaques**

- Carolina registra que foi criado Grupo de Trabalho para instruir o AN e o resultado será encaminhado ao CGOVTIC para exame.
- Juiz Rogério lembra que a dinâmica do GT do AN deverá estar alinhada com o andamento dos trabalhos deste Comitê.
- Carolina sugere o compartilhamento dos materiais produzidos pelo grupo de modo a otimizar os resultados e encaminhamentos.

**Deliberação:**

- Comitê aguardará o resultado dos estudos e encaminhamento do Grupo de Trabalho formado no AN.

**Providências / Responsável / Prazo**

- Carolina, na condição de secretária do GT, compartilhará os materiais na semana de 23/08.

**7. [2ª Reunião] Item 6- A SETIC pretende solicitar ao ctInfra o desenvolvimento do Projeto do PJe em Nuvem**

**Ementa Original:**

- Verifica-se a necessidade da construção de uma infraestrutura única e descentralizada para o PJe. A proposta de operação centralizada em um serviço de nuvem mostra-se como o caminho mais adequado. Propõe-se que o atual Comitê Técnico de Infraestrutura coordene um projeto destinado aos estudos da solução proposta.

**Deliberação anterior:**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

- Deverá ser revisada a composição atual do Comitê de Infraestrutura.
- O Comitê formado deverá conduzir dois projetos. Um destinado ao JTe em nuvem e outro destinado ao PJe em Nuvem.
- O SISDOV também deverá ser objeto de análise para como projeto piloto para operação em nuvem.

**Situação atual: [Em Progresso](#)**

- A nova composição do CTInfra foi publicada 28/07/2021 no [Ato Conjunto nº. 29/2021](#)
- A demanda foi tratada na primeira reunião do CTInfra, que ocorreu no dia 12/08/2021. O Comitê elaborará um plano de trabalho para iniciar os estudos.

**Registros/destaques**

- Luiz Antônio: relato sucinto da situação dos trabalhos - Informa que houve reunião com a empresa AWS que mandará prova de conceito do produto. Considerando o ocorrido com os sistemas nacionais sugere incluir possibilidade de atendimentos dos sistemas nacionais; que a conversa ocorrida com a AWS será alinhada com o ctInfra; que há ata de registro de preços vigente que seria interessante estudar para atender às necessidades da JT (vigente até maio/22); e que houve estudo no TST há mais ou menos 4 anos, sem êxito em razão dos custos à época;
- ctInfra deverá contemplar necessidades relacionadas ao armazenamento de mídias das audiências (gravações) e de mídias para instrução (provas).
- Juiz Fabiano questiona o objeto da contratação (aplicação e banco de dados). Luiz informa que ainda não está definido
- Fábio comenta que entende que a solução é o caminho.
- Luiz vai incluir Juiz Fabiano nas próximas reuniões para definições do produtos e prosseguimento dos trabalhos.

**Deliberação:**

- O Comitê delibera por aguardar a conclusão da demanda por meio do ctInfra e desdobramentos da SETIC para a próxima reunião.

**Providências / Responsável / Prazo**

- NUGOV/SETIC conduzirá os trabalhos do CTInfra com vistas a apresentar um plano de trabalho para os estudos de migração dos sistemas nacionais para a Nuvem



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

- Prazo: 20/09/2021

**8. [3ª Reunião] Item 10. Acordo de cooperação com a RFB referente ao desenvolvimento da CTPS Digital**

**Ementa Original:**

- A RFB vem cobrando do CSJT a minuta e assinatura do Termo de Cooperação referente ao projeto da CTPS Digital.
- Ainda não há projeto formalizado na SETIC para essa ação

**Deliberação anterior:**

- A SGRCSJT deverá instruir à SETIC processo para encaminhamento da minuta de acordo de cooperação técnica.
- Caberá à SETIC analisar as sugestões encaminhadas por email pelo Dr. Fabiano, além de sugerir as modificações técnicas cabíveis.
- Caberá à SETIC abrir formalmente projeto de acompanhamento em seu Escritório de Projetos

**Situação atual: PARADO**

- Foi aberto o PAe [500.742/2021](#) para acompanhamento do processo.
- A minuta foi compartilhada com o Ministério da Economia no início de Maio

**Registros/destaques**

- A Secretaria-Geral não tem retorno sobre o andamento dessas tratativas, mas está ciente que o tema está se desdobrando, **independentemente** do acordo de cooperação. Adicionalmente, registra estar ciente, ainda, de que está proposta a ampliação do acordo para além da CTPS Digital, mas não há nada submetido formalmente ao CSJT nesse sentido.
- Juiz Fabiano informa que o produto CTPS Digital está homologado. O programa e-social mudou aspectos na base e a solução precisa ser adaptada. A DATAPREV é responsável, mas recebeu o anúncio de que poderá ser privatizada. Margarida, do ME informou que a solução será entregue.
- Luiz informa que a representante do ME esclarece que a CTPS Digital será considerada como uma das entregas já cumpridas do eventual “acordo guarda-chuva”.
- Juiz Rogério alertou que a parceria com o MTB perpassa iniciativa relacionada à quitação do FGTS que está em debate em projeto prioritário da Ministra Presidente, relacionado ao Centro de Inteligência do CNJ.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

Informou que a TIC do CNJ não está envolvida até o momento e que, possivelmente, haverá necessidade de solução de TIC para desenvolvimento do projeto.

**Deliberação:**

- Aguardar a proposta do ME sobre a “Cooperação” do ME com o CSJT. A responsável no ME ajustou o contato com Luiz Antônio para tratativas preliminares e envio da proposta.
- Deverá ser reportado andamento na próxima reunião.

**Providências / Responsável / Prazo**

- SETIC acompanhará os trabalhos e reportará na próxima reunião.
- Prazo: 20/09/2021

**9. [5ª Reunião] Item 4.1 - PROAD-OUV - Revisão do normativo**

**Ementa Original:**

● Tendo em vista a publicação do Ato Conjunto TST.CSJT.GP n. 53/2020 e o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) assinado entre o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) para implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no TST e CSJT até outubro do corrente ano, a CSAN sugere criação de Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) para analisar a vantajosidade da utilização do SEI como solução nacional para tramitação de processos administrativos. A CSAN sugere ainda que o grupo tenha como ponto de partida os estudos que resultaram na nacionalização do PROAD-OUV e os estudos que resultaram na adoção do SEI pelo TST.

Na reunião realizada no último dia 17 de maio de 2021, o Comitê deliberou por aguardar sua recomposição para apreciar o tema, para o qual foram discutidas inicialmente as seguintes opções:

1. Deliberar pela criação do EPC que deve visitar os estudos que nacionalizaram o PROAD-OUV e analisar, entre outros pontos, o contexto no qual o SEI foi descartado, comparando com a situação atual da solução e os estudos que resultaram na adoção do SEI pelo TST e CSJT;
2. Deliberar por revisar o ato que nacionalizou o PROAD-OUV para permitir a utilização dos dois sistemas até que seja possível avaliar os resultados da implantação do SEI no TST e no CSJT.

**Deliberação anterior:**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

- O Comitê delibera por terceira opção proposta na reunião: realizar a revisão normativa da resolução que nacionalizou o PROAD-OUV, substituindo por norma que trata de sistema de tramitação de processo administrativo. Tal norma deve conter os seguintes elementos mínimos:
  - Os Tribunais Regionais devem estar uniformizados quanto à solução de Ouvidoria do PROAD-OUV;
  - Ao Tribunal Regional será permitido o uso do PROAD-OUV ou do SEI como solução de tramitação de processo administrativo;
  - Será feito estudo técnico posterior para unificação da solução de tramitação de processo administrativo no âmbito da JT.

**Situação atual:**

- A CSAN realizou o levantamento dos itens em backlog do PROAD-OUV bem como o seu mapa de implantação. Vide [Anexo PROAD-OUV](#)
- As coordenadorias criarão o **Guia de Sistemas Nacionais** para abarcar todas as regras e processos de trabalho dos sistemas judiciais e administrativos

**Registros/destaques**

- Carolina registra que a articulação e condução da gestão tática do PROAD na JT é responsabilidade da SETIC por se tratar de sistema nacional.

**Deliberação:**

- Comitê reitera a deliberação anterior de que seja apresentada proposta de revisão normativa, associada à revisão normativa das resoluções dos sistemas nacionais.

**Providências / Responsável / Prazo**

- SETIC apresentará a proposta de disposições relativas ao PROAD até a reunião de setembro.
  - Prazo: 20/09/2021
- Quanto às normas gerais, será apresentado até a reunião de outubro.
  - Prazo: 18/10/2021

**10. [6ª Reunião] Item 4 - Acordo de cooperação técnica para cessão de código fonte de sistemas desenvolvidos pela Justiça do Trabalho a outros órgãos públicos**

**Ementa Original:**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

- O CSJT vem sendo consultado por vários órgãos externos à Justiça do Trabalho para celebrar acordo de cooperação técnica para cessão de código fonte de sistemas desenvolvidos pela JT. Já fomos consultados a respeito do SIGEP-JT, SIGEO-JT e, mais recentemente, Concilia, desenvolvido pelo TRT12 e, até o momento, o CSJT não possui nenhum normativo que oriente a condução destes pedidos

**Deliberação anterior:**

- O Comitê delibera por suspender o exame do item para solicitar à assessoria jurídica do CSJT a análise dos aspectos legais do compartilhamento desses sistemas tendo em vista o registro quanto ao artigo 16 da Lei 14.063/2020.
- Quanto ao procedimento relacionado ao compartilhamento, as disposições deverão compor a norma relacionada à gestão dos sistemas nacionais atualmente em estudo pela SETIC.
- Os pedidos pendentes de resposta serão avaliados individualmente e, caso necessário, submetidos ao comitê antes da conclusão dos itens anteriores.

**Situação atual:** [Em Progresso](#)

- O NUGOV realizou consulta à Assessoria Jurídica do CSJT e aguarda retorno.

**Registros/destaques**

- Carolina registra que CJF reiterou a solicitação de compartilhamento e o expediente foi encaminhado à CSAN para manifestação, pois houve “conflito” entre a posição da Coordenadoria e termos ao CJF. A Coordenadoria informara que deveria ser aguardada a maturidade do sistema, mas o ofício informara que seria possível iniciar tratativas.

**Deliberação:**

- O Comitê delibera por aguardar resposta da ASSJUR sobre o tema de fundo e aguardar resposta da CSAN sobre a nova demanda.

**Providências / Responsável / Prazo**

- NUGOV/SETIC deverá apresentar a resposta da ASSJUR quando houver retorno.
  - Prazo: 20/09/2021
- CSAN/SETIC deverá apresentar resposta sobre a solicitação do CJF
  - Prazo: 31/08/2021



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

**11. [6ª Reunião] Item 7.2 - SETIC deverá apresentar proposta sobre política de uso e padrão, no que for possível, para uso de equipamentos de TI, em especial o uso de notebooks**

**Ementa Original:**

- Aprovação da descentralização de recursos para aquisição de notebooks pelo TRT18, no valor de R\$ 1.188.000,00 para renovação de 62% do parque, uma vez que não foi alvo de renovação desde 2018 e houve aumento da demanda por este equipamento devido a pandemia do coronavírus

**Deliberação anterior:**

- Registra a Secretária-Geral que, oportunamente, a SETIC deverá apresentar proposta sobre política de uso e padrão, no que for possível, para uso de equipamentos de TI, em especial o uso de notebooks.

**Situação atual: [Em Progresso](#)**

- A demanda foi repassada ao CTInfra para que faça um estudo sobre o tema.

**Registros/destaques**

- Carolina registra que o tema foi debatido em paralelo, em razão do panorama de execução orçamentária. Sugere que os TRTs sejam consultados sobre suas políticas de destinação desses equipamentos. Vislumbra que o CSJT poderia estabelecer política “emergencial” para atendimento de alçadas de assessoramento aos magistrados e de cargos-chave na área administrativa no contexto da pandemia.
- Cartaxo e Erica destacam a premência do prazo para aquisição dos equipamentos.
- Erica destaca que a pesquisa deve ser direcionada à Administração dos TRTs.
- Luiz alerta que a ata vigente está defasada. Que para 2021 não seria viável.
- Márcio alerta que nem todos os TRTs são partícipes das atas.
- Cartaxo informa que há debate no TRT sobre uso nos gabinetes. Destacou que há norma que indica que todos os servidores devem ter desktops à disposição e que na realidade de ampliação do teletrabalho, talvez o aspecto precise ser revisto.
- Carolina comentou sua visão sobre a diferença do teletrabalho e a política da destinação do uso de equipamentos e sua posição se refere aos gestores e sobre eventual política para esse grupo.
- Márcio destaca que o único padrão conhecido é de que todos os magistrados tenham o equipamento.
- Fabiano Lima destaca que além da destinação deva ser pensada a substituição dos equipamentos.
- Carolina retirou a proposta de aquisição emergencial, considerando as manifestações e esclarecimentos dos demais integrantes do Comitê.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

**Deliberação:**

- O Comitê ratifica a deliberação de estudos pelo CTInfra, incluindo pesquisa com os TRTs.

**Providências / Responsável / Prazo**

- NUGOV/SETIC deverá reportar o andamento dos estudos na próxima reunião.
  - Prazo: 20/09/2021

**12. Atendimento ao Art.31 da Resolução CNJ 303/2019 que trata sobre o pagamento de precatórios..**

**Ementa Original:**

- É necessário verificar se os sistemas GPPEC, SIF e SISCONDJ, que interagem com o PJe para realizar o pagamento de precatórios, atendem ao disposto na Resolução CNJ 303/2019.

**Deliberação anterior:**

- TRT02, TRT06, TRT08, CTPJe e CNE do PJe deverão responder aos questionamentos realizados no Registros reunião CSJT-PP-2451-75.2020.5.90.0000
- Deverá ser definido os requisitos negociais para integração do PJeCalc com o pagamento de ordens da Fazenda Pública
- Definir o fluxo ideal para o pagamento de precatórios

**Situação atual: Em Progresso**

- Foi aberta a issue [EGPTI-588](#) para preenchimento do questionário do Desembargador Sérgio Murilo pelos envolvidos. A demanda foi concluída com a resposta de todos os envolvidos e o resultado encaminhado à Dra. Carolina.
- Foi aberta a issue [EGPTI-595](#) para o TRT08 fazer a proposta de integração do PJeCalc com pagamento de ordem da Fazenda Pública
- Foi aberta a issue [EGPTI-594](#) para o TRT06 e TRT08 fazerem a proposta de fluxo padrão para realização de pagamento de precatório.

**Registros/destaques**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

- Carolina registra que as informações serão encaminhadas ao Conselheiro Sérgio Murilo. Adicionalmente, registra que as demandas relacionadas ao GPrec e precatórios, de forma geral, devem ser priorizadas.

**Deliberação:**

- Comitê delibera por avaliar o tema quando da apresentação da priorização do portfólio do PJe (item 3).

**Providências / Responsável / Prazo**

- Não há. A análise será feita no balanço de entregas e prioridades para o fim da gestão

**Itens não deliberados na última reunião**

**13. Portal Único da JT**

**Ementa:**

- **Proponente:** Luiz Antônio Mendes Garcia
- Apresentar a [consolidação e parecer do NUGOV](#) sobre a demanda de Portal Único da JT para deliberar pela continuidade ou não da proposta como projeto.

**Registros/destaques**

- Carolina infere que, dada a complexidade da demanda e a concorrência com outras prioritárias para a gestão que também demandam estudos de contratação, seria mais salutar relegar o início do estudo para a próxima gestão. Registra como fundamento adicional que a demanda de correção e otimização do site do CSJT e articulação de conteúdos com portais dos TRTs já deve aprimorar a transparência ativa e poderia servir de base para o futuro estudo.

**Deliberações:**

- Delibera o Comitê que a demanda seja apresentada quando da transição da Administração para o biênio 2022/2024 para que seja avaliada sua priorização.

**Providências / Responsável / Prazo**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

- A SETIC deverá informar sobre o projeto no relatório de transição da Administração.

**14. Plano de Ação 5W2H - Reestruturação da equipe técnica do SIGEO-JT**

**Ementa:**

- **Proponente:** Luiz Antônio Mendes Garcia
- Apreciação e aprovação do [Plano de Ação 5W2H](#) referente a reestruturação da equipe técnica do SIGEO-JT: [500.921/2021] Plano de Ação para Reestruturação da equipe SIGEO-JT.
- A CSAN apresenta, no ANEXO, breve contextualização dos produtos do portfólio do SIGEO-JT.

**Registros/destaques**

- Carolina esclarece que alguns aspectos do plano já estão em andamento.

**Deliberações:**

- Comitê delibera por aprovar o plano.

**Providências / Responsável / Prazo**

- CSAN deverá reportar o cumprimento do plano em 60 dias (na reunião que suceda esse prazo, com envio prévio de material).
- Prazo: 18/10/2021 (10ª Reunião do Comitê)

**15. Descentralização orçamentária em favor do TRT9 para aquisição de micros, equipamentos de rede e fibra ótica**

**Ementa:**

- **Proponente:** NUGOV (Ana Letícia)
- Aprovação da descentralização de recursos para o TRT9 a fim de custear a aquisição de micros, equipamentos de rede e fibra ótica, com a justificativa de atendimento ao Ato CSJT Nº 43/2013 (micros) e necessidade de manutenção e expansão do serviço de rede de dados corporativa (Rede-JT) devido a pandemia do Coronavírus e projetos nacionais como o Juízo 100% Digital.
  - Micros: R\$ 101.090,00 (11 unidades) - Justificativa: Ato CSJT Nº 43/2013, mas informa que atenderá necessidade da Escola Judicial e ASCOM do Regional.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

- Manutenção/ampliação REDE-JT: R\$ 878.389,46 (manutenção: R\$ 781.860,00; ampliação: R\$ 96.529,46) - Justificativa: aumento de links Juízo 100% Digital (audiências virtuais, videoconferências diversas);
- Fibra ótica: R\$ 1.120.000,00 - Justificativa: adequação da infraestrutura de fibras óticas do datacenter PMDC com reorganização do cabeamento horizontal para seguir as normas de cabeamento estabelecidas para utilização em data centers.

**Registros/destaques**

Esclarecimentos NUGOV sobre a pertinência da descentralização dos recursos para esse fim.

**Deliberações:**

- Comitê delibera que o TRT9 seja consultado sobre a pertinência atual do pedido e para maior fundamentação, de acordo com a relação com os projetos nacionais, conforme previsto no Ato 43.

**Providências / Responsável / Prazo**

- NUGOV/SETIC reportará andamento na próxima reunião.
- Prazo: 20/09/2021

**16. Repasse do software DSPACE do TST a um Tribunal Regional do Trabalho, para posterior disseminação em outros TRTs.**

**Ementa:**

- **Proponente:** CSAN (Cláudia Fernandes)
- Em seguimento a demanda apresentada no ano de 2016, bem como Ofício encaminhado pelo TRT15 no ano de 2018, foi solicitado o compartilhamento do código do sistema de Biblioteca Digital JusLaboris com o Tribunal demandante.
- Deliberação ocorrida na 2ª Reunião do CGTIC ocorrida em 5/4/2021 (item 8 - Projeto da Biblioteca Digital da JT)
  - Foi identificada a necessidade de padronização das Bibliotecas Digitais da Justiça do Trabalho, adotando-se a JusLaboris como paradigma.
  - Foi estabelecido que será designado um TRT para coordenar um projeto de unificação das Bibliotecas Digitais de toda a Justiça do Trabalho, com o envolvimento direto das áreas negociais de Gestão Documental:-
- As providências tomadas pela CSAN desde a última reunião, foram:





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

- Em reunião realizada entre CSAN, Biblioteca/TST, CDOC/CSJT, TRT14 e TRT15, o TRT15 dispôs-se a receber o repasse das informações sobre o código do DSPACE, inicialmente, e solicitou a formalização entre as Presidências do CSJT e do TRT. Além disso, num segundo momento, sugere-se criar grupo de trabalho para estudar possível criação de consórcio de bibliotecas da JT, que **não** deve ser chamado Biblioteca Digital da JT, pois esse é o nome da JusLaboris do TST (a menos que se altere o nome da Biblioteca do TST). A composição do grupo será sugerida posteriormente.
- Consta no ANEXO a situação das soluções de biblioteca digital nos TRTs.

**Registros/destaques**

- Carolina infere que a questão sobre a denominação não diz respeito ao nível técnico nem da área negocial e nem da área de TI e que isso deve ser apresentado no projeto de uniformização das bibliotecas que deverá envolver o TST. Sugere que seja cadastrado como iniciativa (projeto) nacional, com a Gestão Documental (TST e CSJT) como PO, incluindo deliberação do CGMNac sobre o tema. Sugere, ainda, que a SETIC/CSAN articule sobre a formulação de projeto com as unidades de gestão estratégica do TST e do CSJT.

**Deliberações:**

- Delibera o Comitê por indicar o projeto dentre as iniciativas dos planos estratégicos institucionais do TST e CSJT.

**Providências / Responsável / Prazo**

- SETIC acionará as áreas de gestão estratégica do TST e CSJT para dar prosseguimento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

**Novos Itens**

**17. Proposta de nacionalização de solução do TRT04 para a consulta ao cadastro de óbitos como meio de complementar a-prova de vida (“recadastramento”) de aposentados e pensionistas (PAe 501.368/2021)**

**Ementa:**

- **Proponente:** CSAN
- A solução do TRT4 baseia-se na consulta, por meio de convênio sem custo, ao sistema Central de Informações de Registro Civil de Pessoas Naturais – CRC JUD, que possui as certidões de nascimentos, casamentos e óbitos. A SGPES/CSJT manifestou-se a favor da utilização da solução em toda JT. A CSAN ressalta que desenvolvimento e manutenção ficarão sob responsabilidade do próprio TRT4.

**Registros/destaques**

- Carolina registra que a solução vai ao encontro da disposição constante do ato *ad referendum* nº ATO CSJT.GP.SG Nº 68/2021 que altera a Resolução CSJT nº 273/2020 (art. 4º-B)

*Art. 4º-A. Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão celebrar acordo de cooperação ou convênio com o Poder Executivo Federal para a utilização de aplicativo móvel que possibilite a atualização cadastral de seus beneficiários por meio de prova de vida digital.*

***Art. 4º-B. Os Tribunais Regionais do Trabalho deverão buscar meios de pesquisa de óbitos para detecção de destinatários de aposentadorias e pensões que tenham falecido.”***
- Carolina informa que o problema recente no DEJT impediu a publicação do mencionado ato que foi enviado nesta segunda-feira, 16 de agosto para o Diário. Adicionalmente, informa que os TRTs serão informados do ocorrido e de que o CSJT estuda a nacionalização da solução do TRT4.

**Deliberações:**

- Comitê delibera favoravelmente à proposta.

**Providências / Responsável / Prazo**

- CSAN/SETIC entrará em contato com o TRT04 para formalizar a nacionalização da solução.
- Prazo: 18/09/2021



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

**18. Aprovação do PDTIC**

**Ementa:**

- **Proponente:** Carolina da Silva Ferreira
- A minuta do PDTIC foi enviada, via FRAD, a todos os membros do Comitê visando sua aprovação. Entretanto, a Dra. Carolina fez algumas considerações no [documento principal](#) (8. Descrição dos Resultados-Chave) para deliberação nesta reunião.

<b>Descrição dos Resultados-Chave</b>	<b>Considerações Dra. Carolina / SETIC</b>
<p><b>KR-OEN2-01</b></p> <p>Digitalização de 100% do processo de cadastro, nomeação e pagamento de peritos e especialistas.</p> <p><u>Obtenção dos dados:</u> pesquisa junto aos Tribunais Regionais</p> <p><u>Regra de cálculo:</u> quantidade de Tribunais Regionais que utilizam o AJ-JT / total de Tribunais Regionais.</p>	<p><b>Dra. Carolina</b> Prezados: esse KR já nasce atingido. A resolução não dá opção aos TRTs Sugiro que seja excluído.</p> <p><b>SETIC:</b> De acordo</p>
<p><b>KR-OPE1-01</b></p> <p>Alocação de ao menos uma equipe remota para a colaboração com o desenvolvimento de sistemas nacionais 100% dos regionais</p> <p><u>Obtenção dos dados:</u> pesquisa junto aos Tribunais Regionais</p> <p><u>Regra de cálculo:</u> Quantidade de Tribunais Regionais com ao menos uma equipe remota para colaboração em sistemas nacionais / Quantidade de Tribunais Regionais</p>	<p><b>Sobre a pesquisa:</b></p> <p><b>Dra. Carolina</b> esse meio não pode ser aprimorado por dados do JIRA, no lugar de pesquisa? O TRT pode informar que aloca equipe, mas isso não se traduzir em atividade efetiva no desenvolvimento.</p>
	<p><b>Setic:</b> A pesquisa pode ser realizada pelo Jira no projeto EGPTI, como vem sendo normalmente feito junto às Secretarias de TIC dos Tribunais.</p>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

<p><b>KR-OEN5-01</b></p> <p>Revisão de 100% dos normativos de governança e gestão de TIC editados pelo CSJT.</p> <p><u>Obtenção dos dados:</u> consulta interna à NUGOV</p> <p><u>Regra de cálculo:</u> Quantidade de normativos revisados / Total de normativos em janeiro/2021</p>	<p><b>Dra. Carolina</b> o dado primário não é do NUGOV, mas da CGDOC</p> <p><b>Setic</b> Entendemos que a CGDOC não possui o conhecimento de quantos normativos deveriam ser revisados, mas podemos sim deixar a cargo deles.</p>
<p><b>KR-OEN6-01</b></p> <p>Aumentar em 10% a quantidade de contratos de TIC assinados por coparticipação.</p> <p><u>Obtenção dos dados:</u> <b>pesquisa junto aos Tribunais Regionais.</b></p> <p><u>Regra de cálculo:</u> quantidade cumulativa de contratos de TIC assinados por coparticipação no período / quantidade de contratos de TIC assinados por coparticipação da primeira medição.</p>	<p><b>Dra. Carolina</b> há repositório ou base de dados para esse indicador?</p> <p><b>Setic</b> No documento enviado, faltou informar que a obtenção será feita através de pesquisa junto aos tribunais.</p>
<p><b>KR-OEN8-01</b></p> <p>Adequação dos módulos dos Programas SIGEO-JT e SIGEP-JT ao novo Guia de Infraestrutura Recomendada</p> <p><u>Sistemas prioritários:</u> SIGEP e Módulos (módulo principal, FolhaWeb, Passivos, Conector SIGEP (com eSocial), Autoatendimento, Gestão por Competências, Escolas Judiciais (eJUD), Saúde e Prontuário Eletrônico, Pasta Funcional Eletrônica, GECJ) e SIGEO e Módulos (Planejamento Orçamentário, Acompanhamento da Execução Orçamentária, Execução Orçamentária, Créditos Adicionais, Assistência Judiciária Gratuita, Diárias e Viagens, EFD-REINF).</p> <p><u>Obtenção dos dados:</u> consulta aos gestores dos programas SIGEP e SIGEO.</p>	<p><b>Dra. Carolina</b> "novo" em relação ao que e de qual norma?</p> <p><b>Setic</b> Retirar a palavra "novo"</p>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

<p><u>Regra de cálculo:</u> Quantidade de sistemas SIGEO/SIGEP em conformidade com o novo Guia Infraestrutura Recomendada / Quantidade de sistemas SIGEO/SIGEP (17).</p>	
<p><b>KR-OPE8-02</b></p> <p>Utilização do sistema Diárias e Viagens (SIGEO-JT) em todos os TRTs</p> <p><u>Obtenção dos dados:</u> pesquisa junto aos Tribunais Regionais</p> <p><u>Regra de cálculo:</u> quantidade de Tribunais Regionais que utilizam o sistema e viagem / quantidade de Tribunais Regionais.</p>	<p><b>Dra. Carolina</b> o sistema é centralizado. não precisaria de pesquisa</p> <p><b>Setic</b> Pode-se alterar a “obtenção dos dados” por consulta ao CNE do SIGEO</p>
<p><b>Deliberações:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Comitê delibera pela exclusão do item relacionado ao cadastro de peritos e considera aprovado o PDTIC, autorizando o prosseguimento de sua tramitação.</li></ul>	
<p><b>Providências / Responsável / Prazo</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● NUGOV/SETIC procederá com a finalização da minuta, solicitando a arte à SECOM e minutando o ato de publicação.</li></ul>	

**19. Aprovação do Documento de Oficialização de Demanda da SETIC para aquisição de certificados digitais**

**Ementa:**

- **Proponente:** CTPJE e CSAN
- Aprovação do [DOD](#) para aquisição de três certificados digitais, um para assinatura de código Java nos sistemas jurídicos e administrativos do CSJT, um certificado digital para assinatura de documentos no PJe e um certificado digital e para utilização nos sistemas administrativos e no sistema judicial gerenciados pela SETIC/CSJT.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

- O valor estimado para a aquisição é de R\$ 2.787,50 (dois mil, setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) para todos os certificados pelo prazo de um ano.

**Deliberações:**

- Comitê está de acordo com a demanda.

**Providências / Responsável / Prazo**

- NUGOV/SETIC iniciará o processo de aquisição junto ao TST.

Brasília, 16 de Agosto de 2021.

Registro de reunião elaborado por:

**Carolina da Silva Ferreira**  
Secretária-Geral do CSJT



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

## **ANEXOS DA CSAN**

### **BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DO PORTFÓLIO DO SIGEO-JT**

1. **Portal SIGEO (principal):** Planejamento e acompanhamento da execução orçamentária do órgão e integração com SIAF.
2. **AJ/JT:** Produto responsável por viabilizar o cadastro e a designação de peritos, além de contemplar o controle do pagamento das perícias. Extremamente crítico em razão da integração com o sistema PJe e do volume de cadastros - recebe em torno de 10 mil cadastros de peritos por semana, nacionalmente.
3. **eSocial:** Projeto que viabilizará o envio das informações do AJ/JT ao eSocial ou ao EFD-Reinf (conforme legislação).
4. **SIDOF:** Módulo responsável por acompanhar a execução do planejamento orçamentário e financeiro do órgão. Possuirá integração com o sistema EFD-Reinf da Receita Federal do Brasil (RFB).
5. **Diárias:** Produto responsável por promover a gestão de diárias e passagens. O produto já está desenvolvido, carecendo de divulgação e treinamento.
6. **Placon:** Módulo que permitirá o planejamento de contratações.
7. **Custos:** Projeto para mensuração de custos da Justiça do Trabalho, visando contribuir para o aprimoramento da qualidade dos gastos públicos.
8. **Relatórios do SIGEO:** Relatórios administrativos do programa SIGEO-JT. Atualmente, a solução utiliza ferramenta de *Business Intelligence* hospedada no Tribunal do Trabalho da 18ª Região e existe a pretensão de trazer essa ferramenta, ou outra similar, para infraestrutura do Tribunal Superior do Trabalho.

Cabe ressaltar que, além dos produtos acima, há demandas relativas à **segurança da informação, tratamento de crises e privacidade dos dados**, que devem ser priorizadas para atender às Resoluções Nº 360, 361, 362 e 363 do CNJ, de 2021.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
**7ª Reunião Ordinária realizada em 16/8/2021**

**LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE BIBLIOTECA NOS TRTs**

<b>TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO</b>	<b>POSSUI BIBLIOTECA DIGITAL?</b>
1ª REGIÃO	SIM
2ª REGIÃO	SIM
3ª REGIÃO	SIM
4ª REGIÃO	NÃO
5ª REGIÃO	NÃO
6ª REGIÃO	NÃO
7ª REGIÃO	SIM
8ª REGIÃO	NÃO
9ª REGIÃO	NÃO
10ª REGIÃO	NÃO
11ª REGIÃO	SIM
12ª REGIÃO	SIM
13ª REGIÃO	EM IMPLANTAÇÃO
14ª REGIÃO	--
15ª REGIÃO	NÃO
16ª REGIÃO	NÃO
17ª REGIÃO	NÃO
18ª REGIÃO	SIM
19ª REGIÃO	NÃO
20ª REGIÃO	--
21ª REGIÃO	NÃO
22ª REGIÃO	NÃO
23ª REGIÃO	NÃO
24ª REGIÃO	--